

LEI Nº 5579, DE 24 DE AGOSTO DE 2010.

DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS - COMAD, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE ITAJAÍ Faço saber que a Câmara Municipal votou e aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD do Município de Itajaí, que, em consonância com a Política Nacional sobre Drogas, dedicar-se-á ao pleno desenvolvimento de ações referentes à:

I - prevenção;

II - tratamento, recuperação e reinserção social;

III - redução dos danos sociais e à saúde e redução da oferta.

Parágrafo Único - O Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD é um órgão consultivo, normativo, de deliberação coletiva, integrado ao Sistema Nacional e Estadual da Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes e vinculado à Secretaria Municipal de Segurança do Cidadão.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - Droga: qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas, produzindo alterações em seu funcionamento; podendo as drogas, no âmbito nacional, serem consideradas:

a) Ilícitas: Aquelas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, que possam causar dependência física ou psíquica no organismo humano, ou seja, aquelas especificadas em lei ou relacionadas em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União ou, alternativamente, as incluídas na Portaria do Serviço de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde SVSMS nº 344/98.

b) Lícitas: Aquelas causadoras dos mesmos efeitos das ilícitas, mas que são permitidas em lei ou através de determinação legal ou regulamentar.

II - Prevenção: conjunto de medidas para evitar o aparecimento de uma doença ou situações que vulnerabilizem o indivíduo; dividindo-se a prevenção em três níveis:

a) primária: antecede o primeiro contato, corresponde ao conceito acima descrito;

b) secundária: designa a intervenção sobre a situação na qual o indivíduo já consumiu a droga;

c) terciária: diz respeito ao tratamento do indivíduo dependente da droga.

Art. 3º Ao Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD compete:

I - estabelecer as diretrizes e propor a política de prevenção, repressão e fiscalização de entorpecentes, bem como promover, pelos meios necessários, visando à integração ao Sistema dos órgãos do Estado e Município, para a realização dos objetivos visados;

II - cadastrar, fiscalizar, orientar e apoiar as entidades que, no âmbito do Município, desempenhem atividades de recuperação e reajustamento social do dependente;

III - instituir e desenvolver o Programa Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas - PROMAD, destinado ao desenvolvimento das ações de minimização ao uso de drogas;

IV - acompanhar o desenvolvimento das ações realizadas pelas entidades que atuam na área de prevenção, tratamento, recuperação, reinserção social e redução de danos;

V - apoiar e auxiliar os órgãos encarregados de promover a ação fiscalizadora, na forma da lei, sobre os produtos e substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica;

VI - propor ao Prefeito e à Câmara Municipal medidas que assegurem o cumprimento dos compromissos assumidos mediante a instituição desta lei.

Art. 4º O Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD deverá avaliar periodicamente a conjuntura municipal, mantendo atualizados o Prefeito e a Câmara Municipal, quanto ao resultado de suas ações.

Parágrafo Único - De forma a contribuir para o aprimoramento dos Sistemas Nacional e Estadual de Políticas Públicas sobre drogas, o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD, através da remessa de relatórios freqüentes, deverá manter a Secretaria Nacional de Políticas sobre drogas - SENAD, e o Conselho Estadual de Entorpecentes - CONEN, permanentemente informados sobre os aspectos de interesse relacionados à sua atuação.

Art. 5º O Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD será composto por 2 (dois) representantes, sendo 1 (um) titular e 1 (um) suplente, dos seguintes órgãos abaixo discriminados:

I - ÁREA GOVERNAMENTAL:

- a) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- b) Secretaria Municipal de Saúde;
- c) Secretaria Municipal de Educação;
- d) Secretaria Municipal da Criança, do Adolescente e da Juventude;
- e) Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda;
- f) Secretaria Municipal de Segurança do Cidadão;
- g) Fundação Municipal de Esportes;
- h) 17ª GERED - Gerência de Educação de Itajaí;
- i) 17ª GERSA - Gerência de Saúde de Itajaí;
- j) Polícia Civil de Santa Catarina;

- k) Polícia Federal;
- l) Polícia Militar de Santa Catarina;
- m) Programa de Redução de Danos.

II - ÁREA NÃO GOVERNAMENTAL:

- a) Escolas Particulares (SINPRO);
- b) Universidades;
- c) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- d) Conselho Tutelar;
- e) Associação Comercial de Itajaí;
- f) Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;
- g) Associação das Assistentes Sociais da AMFRI;
- h) Comunidades Terapêuticas;
- i) Representante do Centro Acadêmico da UNIVALI;
- j) Hospital Marieta Konder Bornhausen;
- k) Conselho Municipal de Saúde (COMUSA);
- l) Organizações Não-Governamentais e/ou Clubes de Serviços;
- m) União das Associações de Moradores de Itajaí (UNAMI).

Art. 6º O Conselho Municipal de Políticas sobre drogas - COMAD será constituído por:

I - Presidente;

II - Secretário Executivo; e

III - Membros Conselheiros.

§ 1º Os Conselheiros, cujas nomeações serão publicadas no Jornal Oficial do Município, terão mandato de 02 (dois) anos, permitida a sua recondução, por no máximo 01 (um) ano.

§ 2º Sempre que se faça necessário, em função da tecnicidade dos temas em desenvolvimento, o conselho poderá contar com a participação de consultores específicos às suas áreas de atuação, sendo indicados pelo presidente deste conselho e nomeados pelo Prefeito Municipal.

Art. 7º O Conselho Municipal de Políticas sobre drogas - COMAD terá a seguinte organização:

I - Plenário;

II - Presidência;

III - Secretaria Executiva; e

IV - Comitê - REMAD (Recurso Municipal sobre Drogas).

§ 1º O detalhamento da organização do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD será objeto do seu regimento interno.

§ 2º O Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD deverá providenciar a imediata instituição do REMAD - Recurso Municipal sobre Drogas; fundo que, constituído com base nas verbas próprias do orçamento do município e em recursos suplementares, será destinado, com exclusividade, ao atendimento das despesas geradas pelo Programa Municipal sobre Drogas - PROMAD.

§ 3º O REMAD - Recurso Municipal sobre Drogas será gerido pelo órgão fazendário municipal, que se incumbirá da execução orçamentária e do cronograma físico-financeiro da proposta orçamentária anual, a ser aprovada pelo Plenário.

§ 4º O detalhamento da constituição e gestão do REMAD - Recurso Municipal sobre Drogas, assim como de todo aspecto que a este Fundo diga respeito, constará no Regimento Interno do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD.

Art. 8º O Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD será presidido por um dos seus membros escolhido pelos seus pares e nomeado pelo Prefeito Municipal.

Art. 9º Os membros do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD não farão jus a remuneração, porém seus serviços serão considerados de relevante interesse público.

Parágrafo Único - A relevância a que se refere o presente artigo será atestada por meio de certificado expedido pelo Prefeito, mediante indicação do Presidente do Conselho.

Art. 10 O Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD providenciará, sempre que necessário, as informações relativas às suas deliberações à Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD e ao Conselho Estadual de Entorpecentes - CONEN, visando a sua integração aos Sistemas Nacional e Estadual sobre Drogas.

Art. 11 O Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD providenciará a elaboração de seu Regimento Interno.

Art. 12 Fica revogada a Lei nº 3.851, de 23 de dezembro de 2002.

Art. 13 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 24 de agosto de 2010.

JANDIR BELLINI
Prefeito Municipal